



**Estatuto da Criança e do Adolescente:
O sentido da Lei para as relações intergeracionais**

Patrícia Junqueira Grandino¹

Com muita frequência escutamos pessoas mais velhas dizendo que as crianças de hoje são diferentes das de antigamente. Dizem que são mais espertas, mais malcriadas e que sabem muito mais coisas do que as de antigamente. Nós, que somos adultos, dizemos que não seria possível, no tempo em que fomos crianças, responder aos pais do modo como hoje as crianças respondem, nem tampouco reivindicar espaço para expressar opiniões e desejos como fazem atualmente. Quantas vezes não ouvimos de alguém mais velho que “determinados assuntos não eram conversa para crianças”?

Parece que até gerações recentes, havia mais restrições para aquilo que crianças poderiam ou não dizer, conversas das quais poderiam ou não participar e, principalmente, que o relacionamento com os adultos, fossem eles pais, professores, parentes, médicos ou enfermeiros, era definido pela obediência dos mais novos em relação aos mais velhos, não importando se estes estivessem certos ou errados: as crianças deveriam obedecer.

É mesmo verdadeira essa impressão, já que, como em tudo na história da humanidade, a cada geração podemos observar mudanças nas crianças e adolescentes e também nas maneiras como os adultos percebem e se relacionam com essas novas gerações. Ao mesmo tempo em que podemos reconhecer traços comuns que são transmitidos de geração a geração, somos também sujeitos históricos, pois quando nascemos herdamos o acúmulo de transformações que

¹ Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

nossos antepassados construíram. Mas somos herdeiros ativos, pois também interferimos para que novas mudanças aconteçam e as transmitimos aos que nos seguirão.

Do lugar de “miniatura de adultos”, quando não sabíamos da complexidade do desenvolvimento humano, até o detalhamento teórico que hoje acumulamos em diferentes áreas do conhecimento, passamos a compreender as especificidades de cada faixa etária, e essa maior compreensão provocou muita mudança no entendimento sobre a infância e juventude e nos modos de se cuidar delas.

O conhecimento científico popularizou-se e auxiliou a orientar pais, professores e demais adultos responsáveis pela formação e cuidados com crianças e adolescentes, bem como a definir e transformar sistemas educacionais e políticas de atendimento a essa população.

Na atualidade, essas transformações têm sido mais intensas e rápidas. Para compreender essa aceleração, é importante destacar alguns fatores que as determinam. As novas tecnologias têm propiciado o acesso a informações que antes seriam impensáveis. A televisão difunde aspectos culturais de massa em quantidades enormes, alcança milhões de telespectadores, e a rapidez com que as notícias chegam, dilui fronteiras e acelera os tempos de elaboração. A possibilidade de acompanhar os acontecimentos de outras partes do mundo em tempo real, provoca mudanças nos modos de pensar, agir e atribuir sentido à existência humana. As culturas não estão mais demarcadas por fronteiras geográficas e os valores são perpassados de incertezas.

Assim sendo, as crianças e adolescentes de hoje têm muito mais acesso à informação e não há assunto que não chegue até seus ouvidos e não suscite sua curiosidade, a despeito do que os pais ou professores considerem pertinentes a eles.

Além disso, no conjunto de transformações que se verificou no último século, está o alargamento da noção de direitos humanos, amplamente conquistados por meio de mobilizações sociais em todo o mundo, formalizados na

Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada por todos os países membros. A partir dali, esses países assumiram compromissos de efetivar, no interior de suas sociedades, o cumprimento desse acordo, por meio de políticas públicas sociais.

Na segunda metade do século XX diversos países da América Latina viveram décadas de sobressalto com golpes políticos, impondo ditaduras militares que brecharam o avanço da implementação dos direitos humanos. Os movimentos de resistência, sociais e populares, fizeram frente ao autoritarismo e se fortaleceram, favorecendo desse modo a retomada da democracia. No Brasil, essa mobilização teve papel determinante nas décadas de 70 e 80. Nosso país reingressou na democracia em meados dos anos 80, elegendo deputados encarregados de elaborar uma nova constituição para o país que assegurasse direitos individuais.

Nesse período de redefinição política e de ampla participação da população é que, também, se organizaram os grupos de defesa dos direitos da criança e do adolescente. De início se mobilizaram contra as denúncias de mal-tratos que eram praticadas nas instituições oficiais de atendimento à infância e juventude e, em seguida, ampliaram o debate, incluindo discussões sobre o processo e as condições necessárias ao pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Com o reordenamento político do país e a ampliação dos espaços de discussão sobre os direitos da população brasileira, foi posta em cheque a legislação dirigida à infância e juventude, conhecida como Código de Menores. Tratava-se de um conjunto de leis que tinha a atenção dirigida apenas sobre uma parcela da população infanto-juvenil, justamente aquela oriunda das camadas mais desfavorecidas do país. O sentido geral desse código era disciplinar condutas para crianças e adolescentes pobres, que vivessem em condições precárias (os chamados “carentes”) e aqueles que fossem reconhecidos pela transgressão às normas sociais (os “infratores”). Conhecida como “Doutrina da Situação Irregular”, servia para discriminar e segregar crianças e adolescentes já estigmatizados por suas condições de pobreza.

Era preciso que, coerentemente ao novo momento que se iniciava na sociedade brasileira, também a legislação referente à infância e à juventude atendessem às mudanças mais amplas de reconhecimento das singularidades dessa etapa do ciclo vital, e que correspondesse à condição de pessoas em desenvolvimento.

Da convergência dessas diferentes dimensões: de reconhecimento da especificidade dessa faixa etária, da compreensão de suas potencialidades, da compreensão daquilo que é necessário para garantir o desenvolvimento pleno e digno a todas as crianças e adolescentes de nosso país, bem como assegurar-lhes direitos civis, que foram estendidos a todos os cidadãos brasileiros é que, em 1990, o Brasil promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)².

Vários grupos de intelectuais, membros de associações civis, representantes de grupos populares e especialistas em diversas áreas da infância e juventude tiveram participação efetiva nas discussões que deram origem aos artigos da nova legislação. Diferentemente de muitas leis que surgem pelas mãos de uns poucos políticos, o Estatuto é resultado de um trabalho coletivo, construído por aqueles que estavam diretamente envolvidos com as crianças e adolescentes. Inclusive eles próprios participaram das discussões, por meio de atividades promovidas em diferentes locais do país, organizadas por associações e organizações de atendimento a crianças e adolescentes.

Rompendo com o modelo anterior, o Estatuto está sustentado na Doutrina da Proteção Integral, dirigindo sua atenção a toda a população brasileira infanto-juvenil. Sem discriminar nenhuma parcela, reconhece a criança e o adolescente em sua condição especial de pessoas em desenvolvimento e lhes assegura direitos individuais e específicos. Dividindo-se em medidas protetivas e socioeducativas, contempla todas as dimensões necessárias ao pleno desenvolvimento humano, indicadas nos direitos fundamentais de garantia “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à

² Brasil – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária” (ECA, artigo 4).

Assim dizendo, faz parecer que tudo corre às mil maravilhas no que diz respeito às condições de garantia de direitos de crianças e adolescentes e que adultos e jovens convivem em perfeita harmonia em todos os espaços sociais. Entretanto, bem sabemos quantas situações graves e preocupantes ocorrem no dia a dia envolvendo a população mais jovem e quantos desafios precisam ser enfrentados por aqueles que são responsáveis por eles. As situações de indisciplina e violências nas escolas são bons exemplos de que as relações entre diferentes gerações estão permeadas por conflitos e dificuldades de enfrentamento. Vemos muitos estudos serem publicados sobre essas temáticas e é bastante comum ouvirmos pais e professores externando suas angústias frente às situações que os adolescentes vivem e demandam aos adultos.

Como poderíamos compreender tal contexto e, mais, como encontrar maneiras para superar tais dificuldades?

Acompanhando o raciocínio até aqui, percebemos que as crianças e adolescentes de hoje são diferentes das gerações anteriores. Diferentes porque muito mais informados, muito mais atentos e questionadores da realidade que os cerca do que pudemos ser na idade deles. Fazemos parte de uma geração educada para obedecer aos mais velhos, não importando se éramos injustiçados, ou se eles tinham razão em todas as vezes em que nos mandaram calar. Não havia muito espaço para que nos posicionássemos e para que nossa vontade e opinião fossem levadas em conta. É nesse ponto que encontramos um dos grandes problemas nos relacionamentos entre adultos, crianças e adolescentes. As mudanças que apontamos aconteceram de maneira muito abrupta e repentina. Se por um lado a noção de direitos se difundiu em todos os tecidos da sociedade, tornando mais horizontais as relações sociais, por outro faltam espaços de mediação para auxiliar na solução dos conflitos que surgem entre os cidadãos portadores de direitos. No caso das relações entre diferentes gerações, o

agravante é que os modos como cada um incorpora essa noção de direitos colide com a dos demais, gerando sérios atritos.

Além disso, as condições da atualidade, marcadas por incertezas e inseguranças, não permitem aos adultos assegurar aos mais jovens que a escolarização e a obediência às normas serão recompensadas com futuros mais promissores. Os jovens percebem que os esforços dos mais velhos não lhes têm garantido trabalho. Eles próprios, quando buscam por uma vaga, encontram portas fechadas. A escolarização, do modo como vem sendo oferecida, além de desestimular a continuidade dos estudos, não aparece mais como garantia de mobilidade social, haja vista a quantidade de graduados em condições precárias de trabalho. A sucessão de escândalos políticos e financeiros, a impunidade e a fragilidade das instituições do Estado, comprometem a noção de que a honestidade é um bem maior a ser valorizado.

É um mundo hostil para receber as novas gerações, pois também os adultos encontram-se fragilizados buscando consolidar seus projetos de vida e alcançar seus objetivos. Um mundo onde as alianças tornam-se ainda mais importantes para sustentar os coletivos, criando redes de apoio. Só não é possível que esse quadro justifique a omissão dos mais velhos frente às novas gerações. As dificuldades são reais e muito diversas, mas a responsabilidade pelos mais novos, para garantir-lhes as condições de prosseguir suas vidas, transmitir-lhes o acúmulo de conhecimento produzido até aqui pela humanidade e investir para que sejam superadas as grandes mazelas que criamos é, e precisa ser, dos adultos.

O diálogo precisa tornar-se a base e o centro das relações. Mas por diálogo queremos insistir na definição de uma forma de comunicação bidirecional, em que cada um expõe seus pontos de vista, mas ouve os de seus interlocutores. Muitas vezes percebemos que as pessoas se referem a manter diálogo umas com as outras, quando na verdade estão, apenas, fazendo um duelo de argumentos. O que o outro diz é considerado apenas como recurso para apresentar novo argumento, como se fosse um jogo, em que parece ser necessário ganhar.

Quando isso acontece, o outro não é mais um interlocutor e passa a ser um adversário.

Em se tratando de conversas entre adultos e jovens, é comum observar (e os jovens apontam isso com frequência) que o que os adultos denominam “diálogo” é, na verdade, um monólogo, no qual os adultos falam e esperam que as crianças e adolescentes aceitem suas posições, concordando com elas e comprometendo-se a seguir as orientações.

Dos diversos problemas que presenciamos hoje, envolvendo crianças e adolescentes e das dificuldades que os adultos enfrentam com os mais jovens, com frequência ouvimos que boa parte desses problemas deriva do ECA. Há muitas críticas ao Estatuto e são comuns, entre elas, ouvir que é uma lei que garante apenas direitos, sem explicitar os deveres. Também são comuns distorções sobre o que está contido nele, como os que dizem ser uma lei branda, que não prevê conseqüências aos adolescentes, quando eles cometem atos infracionais.

As críticas ao Estatuto revelam, na verdade, as dificuldades que o mundo adulto enfrenta para acolher e educar os mais jovens, garantindo a eles aquilo que não está assegurado a nenhum cidadão, ou seja, o pleno exercício dos direitos. A leitura atenta da lei permite compreender que ali não estão artigos que fragilizam a autoridade dos adultos em relação às crianças e adolescentes, mas que o empenho necessário para garantir seus dispositivos está no interior das instituições que trabalham com essa população: a família, a escola, as organizações sociais e oficiais, entre outras. Trata-se de poder consolidar os modos condizentes aos contextos democráticos, de participação, reconhecimento de todos como sujeitos de direitos e, principalmente, de fortalecimento das instâncias de mediação. Mais ainda, trata-se de fortalecer os adultos, que carregam pesadas responsabilidades em relação aos mais novos, sem serem reconhecidos, no mais das vezes, como sujeitos de direitos também.

É compreensível ouvir de pais e professores o desalento de não saberem como colocar limites e garantir que os jovens acatem as regras sociais e as

normas de convívio. Mas não é aceitável que, em razão das dificuldades, lavem suas mãos. É preciso que os adultos se fortaleçam, e fortaleçam seus papéis sociais junto aos jovens, fazendo com que seja restituída a autoridade, não mais no modelo anterior, autoritário e impositivo, mas de maneira condizente aos contextos democráticos, com regras claras e transparentes para todos, com limites e consequência igualmente cristalinos e instâncias de mediação efetivas que atuem para dirimir conflitos.